

**ILMO. SENHOR CONSELHEIRO RELATOR NOS AUTOS DA REPRESENTAÇÃO Nº. 1077262, EM TRÂMITE PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TCE/MG.**

X

**TOTAL TRATORES DO BRASIL EIRELI**, atual denominação social de TOTAL TRATORES DO BRASIL COMÉRCIO E MANUTENÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.334.464/0001-83, sediada na Rua Três Pontas, nº. 1.269, loja 01, Bairro Carlos Prates, no Município de Belo Horizonte/MG, CEP 30.710-560, atual denominação social de TOTAL TRATORES DO BRASIL COMÉRCIO E MANUTENÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.334.464/0001-83, sediada na Rua Três Pontas, nº. 1.269, loja 01, Bairro Carlos Prates, no Município de Belo Horizonte/MG, CEP 30.710-560, representada por **FERNANDO JOSÉ ROSA**, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado à Avenida Álvaro da Silveira, nº 878, casa “A”, Bairro Santa Margarida/ Barreiro, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP: 30.640-230, vem, respeitosamente, à presença de V.Sa., por meio de seus advogados *in fine* assinados (**DOC. 01**), tendo em vista o recebimento, no dia 29/06/2021 (terça feira) do Ofício de nº. 10309/2021, expor e requerer o que:

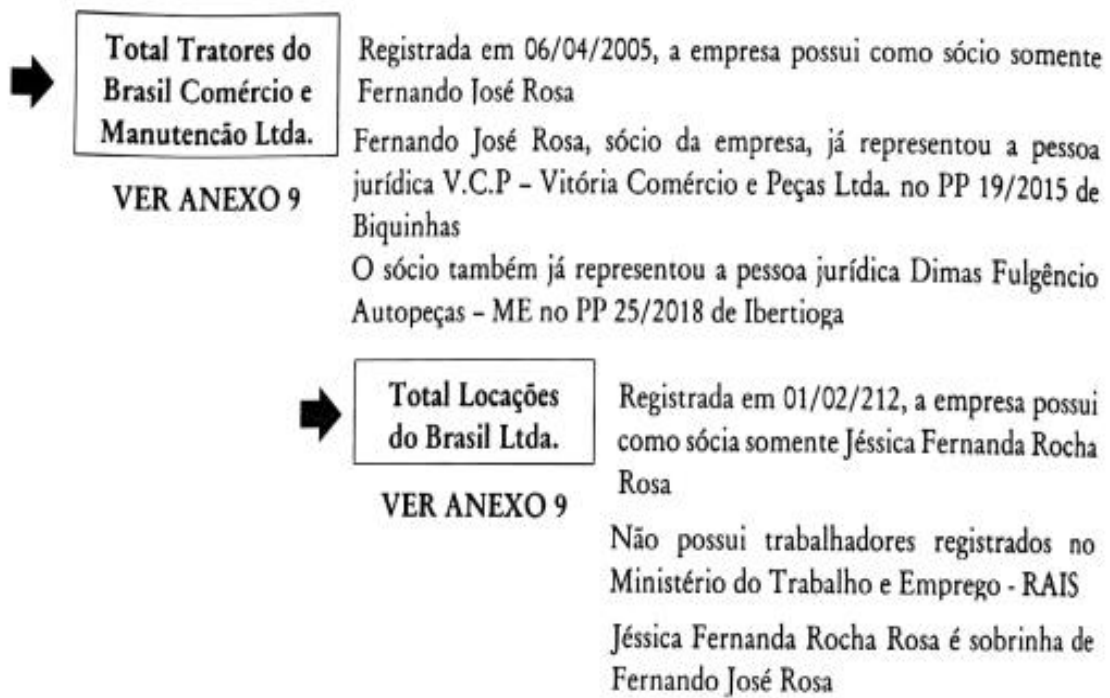
O titular da Sociedade TOTAL TRATORES, ora Representada, foi intimado para, em nome da sociedade, apresentar Defesa e documentos acerca das irregularidades apontadas no processo, nos termos do despacho disponibilizado em 21.06.2021, peça n.º 34.

Da análise da extensa Representação, apresentada em desfavor de diversos Representados, dentre pessoas físicas e jurídicas, verifica-se que afirma o *Parquet* a existência de “*grande cartel de empresas no Estado de Minas Gerais, reunidas em conluio, para fraudar licitações de municípios mineiros mediante a combinação de propostas a serem ofertadas nos procedimentos*”, requerendo, deste modo, a condenação em multa, ressarcimento ao erário e, ainda, declaração de inidoneidade para licitar.

Contudo, conforme restará elucidado a seguir, as alegações não merecem prosperar, devendo ser rejeitada a presente Representação em relação à ora Representada. Senão, vejamos:

A fim de demonstrar uma suposta “*ligação objetiva entre as empresas dos grupos identificados*”, foram relatados no tópico segundo da Representação diversos fatos, correlacionando, a cada um deles, um Anexo de documentos.

No que concerne à sociedade TOTAL TRATORES e seu titular FERNANDO JOSÉ ROSA as alegações se resumem ao diagrama abaixo e aos tópicos 51/52 da Representação, conforme suposta prova documental colacionada ao “Anexo 9”. Assim, para que não restem dúvidas ao final dos presentes esclarecimentos acerca da **total improcedência** em relação à presente Representada, cumpre transcrever tais pontos. Vejamos:



51. Indaga-se: como pode o sócio de uma empresa representar outras empresas, supostamente concorrentes (participam das mesmas licitações para o mesmo objeto), em procedimentos licitatórios? A meu ver, a única explicação é que se reúnem em conluio, ajudando-se umas às outras no direcionamento de licitações a empresas dos grupos econômicos.

52. É o caso do sócio da empresa Total Tratores do Brasil Comércio e Manutenção Ltda., pois já representou a Dimas Fulgêncio Autopeças Ltda. e a V.C.P – Vitória Comércio e Peças Ltda. (sócio da Total Tratores) em licitações públicas.

Verifica-se, portanto, que em relação à TOTAL TRATORES, os **únicos fatos** arguidos pelo Ministério Público de Contas deste Estado, a fim de se demonstrar sua **suposta** ligação com as demais empresas, se resumem à pretensa participação do Sr. Fernando José Rosa, titular da Representada, em procedimentos

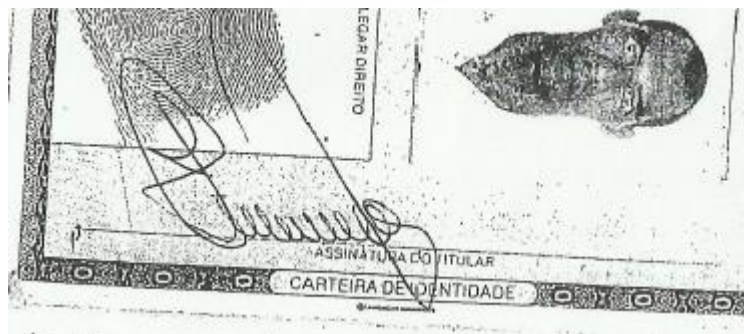
licitatórios, como representante das empresas Dimas Fulgêncio Autopeças Ltda. (PP 25/2018, de Ibertioga/MG) e V.C.P – Vitória Comércio e Peças Ltda. (PP 19/2015, de Biquinhas/MG).

Ocorre que, conforme se verifica das cópias das atas em anexo (DOC. 02), pertinentes aos procedimentos licitatórios mencionados (PP 25/2018, de Ibertioga/MG, e PP 19/2015, de Biquinhas/MG), **não há que se falar na participação do Sr. Fernando José Rosa nos referidos procedimentos licitatórios como representante de empresas terceiras. Veja-se:**

- PP 19/2015, de Biquinhas/MG:

A TOTAL TRATORES foi representada pelo Sr. Marcos Matheus Rosa Santos; quanto à empresa V.C.P – Vitória Comércio e Peças Ltda., não é possível verificar a autoria da assinatura; contudo, esta **não é do Sr. Marcos Matheus e tampouco do Sr. Fernando José Rosa.**

Frisa-se que a simples consulta ao documento de identidade do Sr. Fernando José Rosa abaixo demonstra que ele não é o signatário!



- PP 25/2018, de Ibertioga/MG:

A TOTAL TRATORES foi representada pelo Sr. José Antônio Alves; quanto à empresa Dimas Fugêncio Auto Peças ME, esta foi **representada pelo Sr. Lucas Abuid Fugêncio, e não pelo Sr. Fernando José Rosa ou qualquer outro representante da Total Tratores.**

PROponente	Endereço	Representante
Total Tratores do Brasil Comércio e Manutenção Ltda. EPP CNPJ 07.334.464/0001-83	Rua Senhora de Fátima, nº 302 Bairro Água Branca Contagem - MG	Jose Antonio Alves CPF 355.121.726-20

Dimas Fugencio Auto Peças ME CNPJ 23.960.419/0001-90	Av Bias Fortes,500 – Vila Lourdes – Curvelo-MG CEP: 35.790-000	Lucas Abuid Fugencio CPF 104.477.356-16
---	--	--

Deste modo, resta **patente o equívoco** da Representação neste ponto, ao imputar à Representada fato inverídico, não havendo que se falar em conluio ou tampouco na formação de grupo econômico, ao contrário do que sustenta o *Parquet*, sendo certo que os únicos documentos que foram apresentados a fim de supostamente comprovar o alegado são aqueles constantes do “Anexo 9”.

Ora, conforme se verifica da consulta dos documentos constantes do “Anexo 9”, foram apresentados os seguintes documentos: (i) consulta dos dados da empresa no sistema da RFB; (ii) consulta ao CAGED; (iii) consulta aos veículos da empresa; e (iv) detalhamento dos processos licitatórios PP 19/2015, de Biquinhas/MG e PP 25/2018, de Ibertioga/MG.

No tocante ao documento (iv) detalhamento dos processos licitatórios PP 19/2015, de Biquinhas/MG e PP 25/2018, de Ibertioga/MG, resta evidente que se trata de **documento unilateral**, concernente ao cadastro informatizado deste Tribunal de Contas, sendo evidente que **os dados foram inseridos erroneamente**, visto que **o Sr. Fernando José Rosa, representante legal da TOTAL TRATORES, ora Representada, NUNCA REPRESENTOU AS EMPRESAS DIMAS FULGÊNCIO AUTO PEÇAS E VCP VITÓRIA COMÉRCIO E PEÇAS LTDA.**

Deste modo, restando esclarecido o patente equívoco por meio dos documentos em anexo (DOC. 02), evidente que devem ser rechaçadas as ilegalidades suscitadas, **devendo ser rejeitada a presente Representação em relação à ora Representada.**

Ultrapassado este ponto, verifica-se que no terceiro tópico da Representação foram abordados procedimentos licitatórios realizados no Município de Piracema/MG, afirmando, em síntese, que *“é visível que a participação das empresas verificadas serve para favorecer as empresas na adjudicação dos lotes e manipular o desconto a ser contratado para cada uma delas, em lotes diversos.”* (grifamos)

Todavia, trata-se de alegação sem qualquer fundamento fático ou jurídico, visto que, conforme já elucidado, **não existe qualquer relação entre a REPRESENTADA e as demais empresas Representadas, salvo o fato de exercerem suas atividades na mesma área de atuação, razão pela qual, por óbvio todas elas participaram dos mesmos pleitos licitatórios promovidos pelo Município de Piracema/MG.**

Ademais, nos parece evidente que a mera afirmação no sentido de existência de “cartel” e/ou “conluio” acaba, em verdade, por ferir o constitucional e basilar Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório, pois não permite que a Representada se manifeste, **diante do caráter genérico das alegações.**

Ora, a mera alegação de que as empresas “*manipularam os procedimentos licitatórios realizados pelo município de Piracema/MG*”, sem qualquer prova neste sentido, revela a **patente fragilidade** da presente Representação.

Tanto é assim que a Unidade Técnica deste Tribunal de Contas do Estado propôs expressamente “*o arquivamento da denúncia por não ter sido apurada transgressão a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial (inciso I do art. 275 do Regimento Interno do TCEMG)*”, **MANIFESTANDO PELA IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO.**

A referida orientação consignou expressamente que:

*Diante do exposto, e considerando que os elementos trazidos aos autos não constituem prova concreta da ocorrência de conluio entre as empresas e os agentes públicos municipais, nem foram comprovados dano ao erário, **esta Unidade técnica entende que não ficou configurado fraude ao Pregões Presenciais n. 011/2014 e 007/2017, podendo ser desconsiderado o apontamento inicial do MPC.***

*Corroborando, ainda, o entendimento que vem sendo firmado por esta Corte de Contas, em que o MPC afirmou que acertadamente, o Conselheiro Gilberto Diniz, relator dos autos, apresentou voto condizente à jurisprudência do Tribunal de Contas da União, no sentido de que “a competência atribuída ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais pelo inciso III do art. 76 da Constituição mineira é para fixar responsabilidade até mesmo de pessoas naturais que não sejam agente públicos e de pessoas jurídicas que não sejam integrantes da Administração Pública, direta ou indireta, desde que, é claro, umas e outras tenham dado causa a irregularidade danosa ao erário estadual ou a erário municipal”. Vejamos a sua conclusão:*

*Diante de todo o exposto, voto pela uniformização de jurisprudência, a fim de afirmar a competência deste Tribunal de Contas para, em processos de controle externo, responsabilizar particular que tiver dado causa a irregularidade da qual tenha resultado dano ao erário estadual ou a erário municipal (Constituição da República, art. 71, inciso II; Constituição do Estado de Minas Gerais, art. 76, inciso III, c/c art. 180, § 4º; Lei Complementar nº 102, de 2008, art. 2º, inciso III, e art. 3º, inciso V). Proponho, mais, que seja aprovado enunciado de súmula de jurisprudência, nos seguintes termos: “O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais tem, entre outras competências, a de responsabilizar, em processos de controle externo, particular que*

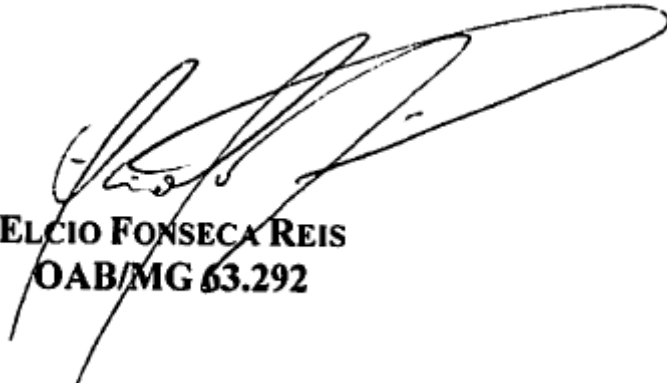
*tiver dado causa a irregularidade da qual tenha resultado dano ao erário estadual ou a erário municipal (Constituição da República, art. 71, inciso II; Constituição do Estado de Minas Gerais, art. 76, inciso III, c/c art. 180, § 4º; Lei Complementar nº 102, de 2008, art. 2º, inciso III, e art. 3º, inciso V).”*

*No entanto, em que pese a competência deste Tribunal para responsabilizar o particular conforme Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 969520, não se vislumbra, no presente caso, ocorrência de responsabilidade das pessoas jurídicas envolvidas, participantes e vencedoras dos processos licitatórios, uma vez que não restou configurado dano ao erário.”*

Face ao exposto, sendo estes os esclarecimentos que se cumpria apresentar, conforme os supostos fatos e irregularidades apontadas pelo Ministério Público de Contas deste Estado nos autos da Representação em epígrafe, requer seja rejeitada a presente Representação em relação à ora Representada, sendo rechaçados todos os supostos indícios apresentados.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Nova Lima/MG, 05 de Julho de 2021



**ELCIO FONSECA REIS**  
**OAB/MG 63.292**

**EVARISTO FERREIRA FREIRE JÚNIOR**  
**OAB/MG 86.415**



**RENATA DE ALMEIDA MASSA**  
**OAB/MG 90.953**